

OBJETOS & MEMÓRIA

OBJETS & MEMOIRES¹

Vera Dodebei

A coletânea organizada por Octave Debaryⁱ e Laurier Turgeonⁱⁱ reúne, em uma perspectiva interdisciplinar, a reflexão de antropólogos, psicólogos, historiadores da arte e museólogos em torno da articulação de dois conceitos-chaves das Ciências Sociais: o conceito de *objeto* e o conceito de *memória*. Publicada em 2007, por *Les Presses de l'Université Laval* em Quebec, Canadá, a obra organiza as contribuições de treze pesquisadores ao longo do colóquio patrocinado pelo *Centre Interuniversitaire d'études sur les Arts et les Traditions*, que aconteceu no Canadá, no ano de 2004².

Resenhar esta obra depois de nove anos de sua publicação se justifica por três motivos. O primeiro refere-se ao tema 'objetos e memória' que é, para o campo das Ciências Sociais e Humanidades, atemporal. O segundo motivo relaciona-se ao fato de que a obra não foi traduzida para o português, portanto sua circulação ficou restrita a poucos pesquisadores brasileiros. E o terceiro é devedor de um feliz acaso quando Octave Debary vem ao Brasil em 2015 a convite do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL em 2015. Em março de 2016, Debary abre o II Seminário em Memória Social, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, com a conferência magna *Déchet et Mémoires*, iniciando as atividades da Escola de Altos Estudos firmada entre as duas universidades brasileiras e a universidade de Paris V, na França. Ainda, vale registrar agradecimentos à pesquisadora e antropóloga portuguesa do ISCTE-IUL, Lisboa, Nélia Dias, que esteve no Brasil em 2006 a

¹ Tradução livre, com comentários da autora da resenha e acréscimos. Procuramos manter a sequência do pensamento dos autores, inclusive as citações que formam uma riquíssima rede de discursos sobre o tema da memória.

² Para referenciar a obra no todo: DEBARY, Octave; TURGEON, Laurier (Org.) *Objets & mémoires*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'Homme; Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2007. 249 p.

convite da Unirio para participar do Seminário Internacional em Memória e Patrimônio e que me presenteou, no ano seguinte, com a coletânea que ora divulgamos.

Seguindo a apresentação da obra, Debary e Turgeon motivam a leitura dos relatos acompanhados por *La recherche du temp perdu*, em que uma “madeleine” e uma taça de chá fazem revocar um feliz encontro da infância de Marcel Proust com sua tia Leonie. O passado se aloja nos objetos da vida cotidiana, nas sensações que eles despertam e que lhes servem de suportes mnemônicos. Na esteira da noção de “memória pura” de Henri Bérghson (1908), Proust qualifica essa memória de “involuntária”. A busca proustiana explora o processo de uma memória involuntária, ao descrever a dialética da presença e da ausência dos objetos materiais que nos impõem uma memória, quando recordamos sem cessar o passado. Os objetos tornam-se animados pelo que Proust chama de “mordida” da memória. Estas mordidas assombram o presente e freiam o trabalho do luto e do esquecimento. Como em um espelho, a ausência do objeto ativa uma memória em busca daquilo que desvaneceu e desapareceu. A memória do objeto perdido é mais forte do que aquela suscitada por uma presença, pois a lembrança encontra-se no fundo de um esquecimento (YOURCENAR, 1989). Nesta perspectiva, a noção de ressurgimento involuntário do objeto desaparecido fornece um quadro heurístico para pensar a ligação entre objetos e memórias.

Seria possível criar um museu sem coleções? Uma história da arte sem obras de arte? Um comércio sem mercadorias? A imagem de um mundo desatrelado de toda a espécie de objetos leva a uma mesma pergunta em relação à história: seria possível haver uma história sem objetos? A primeira intenção de Debary e Turgeon para a organização do seminário, foi a de colocar o objeto entre parênteses, de colocá-lo sob certa linha de desaparecimento para então interrogar os processos de qualificação em que ele opera. A partir desse posicionamento, pesquisadores especialistas nestas questões foram convidados a discutir a relação que estabelecem entre objetos e memória.

Várias perspectivas contemporâneas nas ciências sociais propõem efetuar uma leitura simbólica dos objetos quando defendem a ideia de que eles se

encontram no coração das interações sociais. Ao descrever os dispositivos dos quais eles fazem parte, essas teorias atribuem ao objeto uma posição de igualdade com os humanos, na sua capacidade de construir o mundo. Assim, as relações entre pessoas e objetos podem ser analisadas por diferentes pontos de vista em que os objetos adquirem um estatuto específico. A análise dessas operações evidencia os processos pelos quais é delegada aos objetos uma parte da história da humanidade. É neste momento que se inscreve na relação com os objetos aquilo que não pode ser investido nas relações humanas (BAUDRILLARD, 1993). Esse papel confere aos objetos um lugar privilegiado na memória da história. Objetos protegidos por identidades, por valores patrimoniais, valores de mercado e lembranças familiares concentram formas de investimento que se revelam compensatórias ao consumo, à delegação moral ou aos regimes de valores biográficos; posturas essas que implicam diferentes tratamentos: paixão, ódio, fetichismo ou a libertação do objeto.

Ao contrário do desenvolvimento expressivo de estudos consagrados à cultura material nas ciências humanas e sociais nos últimos trinta anos, o estudo da interação entre memórias e objetos materiais suscitou pouco interesse tanto nos países de língua inglesa como naqueles de língua francesa. Assim, o campo de pesquisa consagrado aos objetos parece adquirir autonomia quando propõe novos questionamentos sobre: teorias das trocas (GODELIER, 1999; MEYERS, 2001; WEINER, 1992), coleção e conservação (PEARCE, 1995, 1998; POMIAN, 1987), o valor dos testemunhos históricos (ST. GEORGE, 1998; THATCHER ULRICH, 2001), a negociação intercultural da identidade (PHILLIPS, 1998; TURGEON 2001/2/3) e a mediação psíquica da personalidade (TISSERON, 1999; WINNICOT, 1982).

O estudo da semiologia dos objetos elucidou o papel destes quando do aparecimento dos sistemas simbólicos e suas funções na construção da identidade e da alteridade (BAUDRILLARD, 1968; BARTHES 1970; LÉVI-STRAUSS, 1989). Mais recentemente, as pesquisas se situam sobre os modos pelos quais os objetos mediam as diversas formas do laço social (APPADURAI, 1986; BONNOT, 2002; CLIFFORD, 1997; DEBARY, 2002; LA PRADELLE, 1996; MILLER, 1987, 2001; SEGALEN; BROMBERGER, 1996). A essa corrente de pensamento se justapõe

uma tendência mais fenomenológica que valoriza a materialização do objeto, a fim de compreender como as noções abstratas ocupam a matéria, como o pensamento se objetiva nas coisas (BAZIN; BENZA, 1994; GRAVES-BROWN, 2000; MILLER, 1998; TILLEY, 1994, 1999).

Vários estudos apoiam-se na construção da memória coletiva a partir dos monumentos, dos museus ou dos lugares históricos. Esses trabalhos tomam como ponto de partida o que Pierre Nora chamou de “lugares de memória” (1984) e David Lowenthal, “*heritage*” (1985). Essas abordagens permitiram construir uma contranarrativa histórica mais fragmentada, mais subjetiva e popular, com vantagem maior para o domínio público do que para o privado, por tratarem da interação da memória mais com os lugares do que com os objetos. Nenhum capítulo da recente e exaustiva obra *Handbook of Material Culture* (TILLEY, 2006) trata especificamente da relação entre objetos e memória, o que revela a penúria dos estudos contemporâneos sobre esta questão.

Portanto, as práticas memorialistas atuais solicitam cada vez mais os objetos. As instituições que se propõem a contar a história por meio da cultura material, não param de crescer. No curso dos últimos trinta anos, o número de museus dobrou, assim como a afluência de seus visitantes. Ancoradas essencialmente nos objetos ou nos lugares, as manifestações patrimoniais se revelam um fenômeno em expansão. Assiste-se à elaboração de políticas patrimoniais tanto em nível municipal, nacional, como internacional. Essas políticas são destinadas a proteger, a valorizar e a fazer reconhecer os objetos e os lugares patrimonializados. As crianças aprendem a história por meio da visita a exposições museológicas ou participação nas manifestações comemorativas. Hoje, ao lado dos livros, a maioria das pessoas constrói sua interação com o passado pelo viés dos monumentos, museus, fotografias, móveis, documentários e objetos da vida cotidiana. Dos *ready-mades* às instalações, os artistas recorrem aos objetos materiais para tratar da memória. A literatura e o teatro contemporâneos os empregam igualmente. Os objetos se transformam em atores legítimos, com sua personalidade, sua história, sua memória. O consumo de massa que caracteriza a modernidade ocidental se manifesta pelo desejo dos objetos e da memória que eles veiculam.

Laurier Turgeon³, no artigo *A memória da cultura material e a cultura material da memória* (p. 13-36), propõe um balanço crítico dos trabalhos recentes para situar melhor a inserção da memória no conjunto desse campo de conhecimento, iniciativa que parece particularmente útil por mapear a pesquisa neste domínio que, atualmente, encontra-se em plena expansão. Turgeon identificou quatro enfoques principais utilizados pelos pesquisadores ao longo do século passado. O primeiro, e o mais antigo, coloca o objeto como um testemunho do passado. Esse enfoque valoriza o objeto material por ele servir de fonte documental do passado humano, seja por indicar a ausência de documentos escritos, seja para complementá-los. De simples testemunho, o objeto material é elevado ao estatuto de portador de sentidos, considerando a corrente teórica semiótica que representa o segundo principal enfoque. Com efeito, os semiólogos entendem o objeto como signo a decifrar para melhor compreender o funcionamento da percepção e cognição. Um terceiro enfoque, mais recente, desenvolve-se em reação à análise semiótica e apoia-se nas funções sociais do objeto. Esta postula que as pessoas constroem os objetos ao mesmo tempo em que os objetos as constroem, na medida em que eles possuem um poder de ação sobre o mundo social. E como último enfoque, Turgeon considera os trabalhos que estudam a relação entre os objetos e a memória, ao sublinhar o papel muitas vezes negligenciado do esquecimento.

Bruno Latour⁴, em *Uma sociologia sem objeto? Notas sobre interobjetividade* (p. 37-58), nos convida a repensar a sociologia a partir da noção do objeto. Latour considera que os modelos de análise propostos pelo interacionismo ou etnometodologia apenas compreendem o social no que se refere à redução da distância entre o indivíduo e a sociedade, o agente e a estrutura, quando procuram religar aquilo que os tem separado. Mesmo que o indivíduo ou a estrutura sejam tomados como ponto de partida ou de chegada dessas análises, ou que estas análises se proponham a religá-los dialeticamente, elas precisam recolocar o social

³ Professor de Etnologia e História, titular da disciplina Patrimônio etnológico na Universidade Laval, Quebec, Canadá.

⁴ Professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris.

sobre a existência substancial quer seja da ação individual, quer seja da estrutura. O operador simbólico “cerze” essas rupturas e possibilita então a passagem entre os dois níveis de análise, permitindo designar a presença de uma das duas ausências no quadro da interação social. Ao defender a reintrodução do objeto na sociologia, o autor não se propõe a promover uma sociologia do objeto. Em sua opinião, o objeto é *ator* e *mediador* de toda a ação social e adquire o estatuto de ator social legítimo, “atuante” (*actant*). Ultrapassando a “coisificação” durkheimiana, Latour considera que o “sociologismo” inerente à recusa de pensar os objetos deve ser ultrapassado por uma sociologia que invista no estudo das condições interobjetivas (e não das intersubjetivas) da vida social.

Gerard Lenclud⁵, no artigo *Ser um artefato* (p. 59-90), coloca uma questão decisiva sobre a gênese e a identidade dos artefatos: o que é ser um artefato? Reconhecer o trabalho de articulação entre uma ontologia fundamental (o que são as coisas) e uma ontologia aplicada às coisas (a identidade que é atribuída a elas) permite aos humanos resolver o enigma dos artefatos. Esses objetos existem a partir da coisa ela mesma e da intencionalidade coletiva que se coloca nelas. Dito de outro modo, do poder da ação que confere a elas suas funcionalidades. Esta dupla condição as faz depender do que são e dos sistemas convencionais que se lhes atribui. Para existir, é necessário ser como uma via navegável, possuir as qualidades objetivas de um rio e, ao mesmo tempo, uma concordância dos homens entre si para decretar que este rio é navegável. A operação batismal das coisas lhes confere uma segunda natureza. Mas os humanos não se detêm à designação dessa segunda natureza. Um objeto pode portar múltiplas funções. O enigma dos artefatos ocorre quando sua identidade é transformada a partir da requalificação de seu valor de uso, de seu percurso histórico. No momento em que o artefato muda de função, mudaria ele sua identidade? Em que momento ele deixa de ser o que era? Se a função simbólica resolve o enigma de sua identidade, ela a reconduz com sua capacidade de definir diferentemente uma mesma coisa. A história do navio de

⁵ Diretor de pesquisa, CNRS, Paris.

Teseu contada por Plutarco e reprisada por Hobbes diz respeito a este conflito das identidades atributivas.

Vamos considerar o exemplo de Hobbes acerca do navio de Teseu. O seu navio vai-se deteriorando, as peças e algumas partes vão sendo substituídas, com o tempo, por outras. A certa altura, já não existe nenhuma peça original do navio, porque foram todas substituídas. Suponhamos agora que alguém pegava todas as peças antigas que foram sendo substituídas e as montava em algum outro lugar, mantendo a configuração original do navio. Qual é o navio de Teseu? O que está no mar e ele conduz, que resultou das sucessivas reparações, ou o que foi reconstruído a partir das peças velhas e originais? Seja qual for a solução apontada, lembre-se: o navio de Teseu pode ser apenas um!⁶

Da mesma maneira, pode-se ver na pá de neve de Marcel Duchamp um engano: seria ela uma pá de neve ou uma obra de arte? Esses exemplos paradigmáticos apresentados pelo autor interrogam nossa capacidade de fazer existir uma coisa ao lhe atribuir numerosas identidades. Ao transformar a função de um artefato (barco, pá de neve, tesoura, máscara) e (re)qualificá-lo como objeto de arte, de memória, de museu ou como lixo cometer-se-ia uma transgressão ontológica? Desde o momento em que uma máscara Dogon deixa de dançar em um museu, perderia ela sua identidade? Se nos abstermos de tomar a primeira identidade atributiva dos artefatos em favor de sua identidade fundamental, nós outorgamos aos objetos o direito de possuir vidas múltiplas. Podemos ainda acolher, sem contradição, o paradoxo formulado por Gérard Lenclud: para pertencer à categoria de objeto de memória, deve um artefato se transformar em algo diferente de sua identidade primária? Isto seria paradoxal: como um objeto de memória suposta, tal como o termo indica - rememorar o passado -, pode nascer e, em certos casos, renascer para a existência, ao se transformar em algo que nunca foi? Este paradoxo diz respeito a nossa capacidade de resolver a questão das identidades múltiplas a partir da ideia de alteridade e de alteração. Se se abandona a ontologia fundamental por uma ontologia aplicada, a identidade atributiva se reveste de autoridade e resolve o enigma da (re)qualificação dos artefatos. A identidade

⁶ Hobbes, *De corpore*, 2.1.136 in *Thomas Hobbes opera philosophica*, ed. Sir Thomas Molesworth.

atributiva nos conduz àquilo que Bruno Latour denominou de sociologia de “regimes de enunciação” (2004, p. 258). É assim que a questão da memória e aquela da lembrança reaparecem: uma lembrança nos coloca na presença de uma coisa que, ao mesmo tempo, nos indica sua ausência. A função e o valor memoriais são submetidos à incerteza da identidade dos artefatos. A memória, vista como a arte de “acomodar restos”⁷ diz respeito a um trabalho de (re)qualificação atributiva, sinônima da invenção. Nesta perspectiva, a cultura assim como a tradição, são inventadas não somente a título de uma autenticidade, de um *continuum* ontológico, mas a partir de um diálogo entre os valores atributivos que nomeamos de passado e de presente.

James Clifford⁸, em *Exposições, patrimônio e reapropriações memoriais no Alaska* (p. 91-126) faz, nessa perspectiva, uma análise sobre as políticas da tradição e do patrimônio. Com base em uma exposição e seu catálogo (*Looking both way: Heritage and identity of people*, 2001) dedicados ao patrimônio dos Alutiiq, no sudoeste da África, o autor mostra como esse trabalho fornece uma porta de entrada para a compreensão dos objetivos que envolvem a noção de patrimônio. As políticas patrimoniais visam as formas de afirmação identitária, quer dizer, de autonomia autóctone ao reconstruir e expor um passado. Esta operação é constitutiva de um olhar sobre si mesmo e sobre os outros. As reivindicações identitárias engendram particularidades que integram um reconhecimento da globalização das identidades locais: a autodeterminação, nas condições da mundialização, é menos uma questão de independência do que um meio de gerar interdependência. Esta lógica patrimonial, presente na exposição *Looking both way*, escapa da armadilha de um recuo identitário como a ideia da autenticidade e da unicidade muitas vezes atrelada à noção de patrimônio. Diante da pluralidade de documentos (imagens e objetos antigos e modernos, arte tradicional e moderna...), a exposição reúne o que a história separou. A descontinuidade dessas “raízes entremeadas” (históricas, linguísticas, territoriais, nominativas...), no âmbito da

⁷ *Accomoder les restes* é uma expressão que significa transformar, ou criar algo novo, a partir de restos; em termos culinários, por exemplo, a partir de sobras.

⁸ Professor do Departamento de História da consciência, Universidade da Califórnia, EUA.

exposição, não apontam nem para uma falsificação da história, nem para uma contradição. Como explica James Clifford, a identidade Alutiiq é um rearranjo seletivo de conexões diversas que integram a ideia de mudança e de diversidade. A justaposição dessas diferenças exprime a continuidade cultural através da mudança. Desse ponto de vista, a memória cultural é seletiva e criativa, ela articula a *performance* e a tradução como muitas outras modalidades que põem à prova o presente por meio da reconstrução do passado, isto é, de um passado sempre autenticamente refeito.

Jacques Heinard⁹, em *O buraco (Le trou): um conceito útil para pensar a relação entre objetos e memória* (p. 127-138) discute a “museologia da ruptura” a partir de seu trabalho de invenção e de deslocamento constitutivo da memória. Para Heinard, a museologia se opõe a uma museografia da justaposição que condenou ao silêncio a maior parte dos objetos coletados pela etnografia. Esta última, ao fundamentar suas apresentações com base em um funcionalismo avatar de um contraestetismo teórico (JAMIN, 1996), reduziu os objetos a um valor de uso prisioneiro da busca do tempo perdido. Essa etnomuseografia cometeu suicídio ao se recusar a reconhecer a dimensão teatral da cena museal. A virada artística que assumiram os museus etnográficos pode ser vista hoje como o último estágio de um processo de (des)historização desses objetos. Esses museus passam a considerar, então, a temporalidade estética submissa ao regime de uma universalidade que os retira de suas condições históricas de produção e de utilização. O funcionalismo e o estetismo testemunham a incapacidade desses museus para pensar o passado, em particular o passado colonial que permitiu a aquisição de tais objetos. O recalque do passado não pode fazer as vezes do luto dessa história. Jacques Heinard nos permite ainda compreender uma das razões da sacralidade comemorativa que acontece na contemporaneidade. Esta sacralidade se prende à ausência e à presença dos objetos e ao seu colecionamento, às custas de um interesse devido às razões históricas de sua presença. Libertado desta dívida e dessa má consciência, o museu deve se reconciliar com a História a partir da ideia segundo a

⁹ Diretor do Museu de Etnografia de Genebra, Suíça.

qual todo objeto comporta uma falta, uma ausência, um “buraco”, ou um ponto de fuga, que convida o museólogo a reinscrever o objeto no presente: *ao oferecer um novo sentido aos objetos, libertamo-nos da obrigação de manutenção do sentido e da função que eles possuíam antes de sua entrada no museu*. O buraco entre o objeto e a memória produz uma discordância semelhante àquela do ato de alforriar.

Janet Hoskin¹⁰, no artigo *Biografia visual dos objetos: fotografias e registros na Indonésia Oriental* (p. 139-152), ao fazer referência aos trabalhos de Alfred Gell (1988), analisa a relação entre o poder da ação dos objetos e o seu valor biográfico. A autora mostra como o poder visual dos objetos lhes permite agir e transformar-se nos verdadeiros atores. Nessa perspectiva, o uso das fotografias na Indonésia Oriental é analisado como um processo de reapropriação de um objeto estrangeiro e colonial. A cultura indonésia de Sumba converte as imagens fotográficas em arquivos proclamados a redefinir a memória familiar. As fotografias, se encontram desde há alguns anos ao lado de outros objetos que possuem valor biográfico. O reencantamento dessas imagens derruba o estatuto de uma prática até então reservada aos turistas e assimilada a uma captação e a um “roubo dos seres”. O trabalho de memória empreendido por Cornelius Djakababa, que resultou em erguer uma nova tumba em homenagem a seu pai (e nesta ocasião fazer um novo retrato dele) é uma maneira de forçar uma imagem antiga a contar uma nova história. O valor biográfico dos objetos, ligado à força que eles têm de captação de vida, constrói uma memória na qual o passado se define pela produção de novas imagens.

Dominique Poulot¹¹ em *Uma coleção de “mortos históricos”* (p. 153-182), mostra como o Museu dos Monumentos franceses pensado por Alexandre Lenoir logo após a Revolução Francesa tenta se reconciliar com a História ao reunir um passado (uma coleção dos mortos da história da França) e um presente (a sua exposição). Por meio dessa coleção de “mortos históricos”, Lenoir propõe uma “experiência ideal” em que a nova França dá lugar à antiga. A exposição permite à França, citando Michelet, ver-se “enfim ela mesma em seu desenvolvimento; de

¹⁰ Professora de Antropologia, Universidade da Califórnia do Sul, EUA.

¹¹ Professor do Departamento de História da arte e arqueologia, Universidade Paris I, França.

século em século, e de homem a homem, de túmulo a túmulo, a França podia fazer, de algum modo, seu exame de consciência”. O museu recompõe uma genealogia nacional que acolhe o que ela, a França, não é mais. As imagens de corpos (manequins e estátuas) presentificam aqueles que estão ausentes. Esse trabalho de luto e de apropriação dos corpos de uma história passada termina com o fechamento do Museu dos Monumentos franceses, deixando emergir durante a segunda metade do século XIX uma nova interação com o passado. O advento dos museus oficinas, portadores de uma concepção de “museu retrospectivo-crítico”, separam a imagem de seu sentido. Neste desvio, uma hermenêutica suspeita convida o historiador a recuperar, por sua pesquisa, a história perdida por detrás das imagens. É neste momento que, de acordo com Dominique Poulot, “o museu de história da arte ia se separar do museu histórico, como o significado (escondido atrás do signo) se separava da realidade das figuras”.

Jean-Philippe Uzel¹² aborda em *Arte contemporânea, sem objeto, nem memória* (p. 183-196) uma das formas contemporâneas desta separação, ao questionar o suposto desaparecimento do objeto na arte contemporânea, em proveito de um sentido ligado à contextualização da arte. De acordo com o autor, esta interpretação sofre influência da ideia de uma arte que promove a “dissociação do objeto em suas causas extraestéticas”. Esta postura só faz repetir a aporia de um dualismo que nos incita a pensar que se deve escolher entre uma arte definida, seja pelo objeto ele próprio, seja pelo coletivo que confere à arte a sua existência. Ultrapassando o fetichismo e o antifetichismo, para Uzel, a questão não é escolher entre o poder de significação do objeto de arte ou aquele da instituição artística. Esta tentação sofre a influência de uma sociologia da arte que esquece do objeto e que fica prisioneira de seu próprio referente, um coletivo transcendente. Deste ponto de vista, se a maior parte das criações contemporâneas de Jochen Gerz propõem um procedimento de desaparecimento dos objetos, elas não se inscrevem sem o objeto (GERZ, 1994). Essas criações questionam o trabalho de delegação da História confiado aos objetos, ao anular sua função memorial. Se os objetos tomam

¹² Professor de História da Arte, Universidade de Quebec, Montreal, Canadá.

o lugar de memória, a performance de seu desaparecimento vem a ser uma das modalidades de sua presença.

Michele de La Pradelle e Emmanuelle Lallement¹³ com o artigo *Paris-Plage: celebrar um objeto ausente* (p. 197-210) discutem o dispositivo de desaparecimento como central na análise que fazem de “Paris-Plage”¹⁴. Elas descrevem a celebração de Paris pela encenação de um objeto ausente: em Paris-Plage cada um finge estar na praia, na ausência do mar. O objeto ausente é teatralizado no meio da areia, das cabines, das espreguiçadeiras e das toalhas. O entusiasmo de Paris-Plage não se encontra apenas na simples inversão da funcionalidade de um espaço habitualmente voltado para a circulação de veículos, mas ao caráter fabricado do evento. “Na ausência do mar, convoca-se à dimensão performativa da prática”. A modernidade urbana se constrói a partir da sua capacidade de encenar seu “desvio” festivo.

Octave Debary¹⁵, no texto *A indignidade da mercadoria* (p. 211-228), explica como a transformação dos objetos e de vestimentas usadas em novas mercadorias, nas lojas de Quebec, chamadas de “ressourceries” (mercadorias recicladas) encontram seu ponto de ruptura na operação social. Estas lojas têm por missão coletar objetos e vestimentas usados, triá-los e consertá-los, para, em seguida, vendê-los. Visando representar as condições de troca, essas estruturas propõem aos menos favorecidos uma reintegração social, ao justificar que a sua salvação passa pela possibilidade de trabalhar, para alguns, ou de comprar as mercadorias para outros. Ou ainda, que esses objetos de ocasião marcados de história assinam a sua pertença a uma memória inscrita em seus usos, seus rasgos e remendos e não ao simples valor de mercadorias. Nesses magazines, o roubo de objetos (a troca de um par de sapatos, por exemplo) remete a uma situação particular que manifesta o limite da (re)qualificação do objeto e a (re)apropriação de uma parte da dignidade fixada ao valor histórico das coisas.

¹³ Professora da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris, França; Conferencista da Universidade Paris IV, França, respectivamente.

¹⁴ O projeto Paris-Plage cria, às margens do Sena, um cenário de praia para o lazer do parisiense.

¹⁵ Conferencista da Universidade Paris V, França.

Arnaud Tellier¹⁶ encerra esta obra com o artigo *Traumatismo, escrita e memória – lembrando Primo Levi* (p. 239-250). Vítima da experiência nos campos de concentração nazistas, Primo Levi não cessará, daí por diante, de recorrer à escrita e, com isto, tentará testemunhar e pensar esse trauma. Escrever à prova de uma perda de si é uma consequência de uma traumatografia que, segundo o autor, acontece de uma tentativa de se desfazer do peso da história, ao obter o testemunho do outro. “Imediatamente após a experiência, margeando o real, aparece uma narrativa que vale para reconstruir a própria história pessoal, ocasionada por uma reapropriação do outro como testemunho”. A escrita tenta inscrever aquilo que resiste à memória e ao esquecimento. Ela visa, então, a (re)subjetivar aquilo que se perdeu. Como conseguir escrever esta história sem torná-la ausente? Pois, após ter se perdido, como se reencontrar? Ao limite desta tentativa, surge a dificuldade, até mesmo a impossibilidade de representar o inaceitável, como o impensável: a pena dos homens.

Ao se interrogar sobre a possibilidade que o historiador possui de contar e de mostrar o sofrimento dos homens, Philippe Braunstein se pergunta se “a pena dos homens poderia ser um objeto da história (2003, p. 10). Em que medida os fatos históricos podem ser estabelecidos sobre a base de um objeto? Tanto a operação da história de estabelecer o passado, quanto a operação historiográfica em si mesma buscam construir a experiência humana sobre a base de um objeto. Elas transformam a ausência em passado ao separar a experiência da história. Esta operação é constitutiva de uma ciência humana, que faz da história uma escrita da separação, até mesmo da morte (CERTEAU, 2002, p. 138-142). A irredutibilidade da experiência humana a um objeto se redobra de uma impossível reconciliação da discordância dos tempos: como dizer que o passado é passado sem ter vivenciado o luto? Como olhar o passado sem vir a ser expectador de sua própria finitude?

É no limiar dessa experiência que Hanna Arendt (1993) e depois François Hartog situaram o ato do nascimento da categoria da história e sublinharam a fábula da historicidade por sua dimensão indizível. Todos os dois viram, em uma

¹⁶ Psicólogo clínico, EPS Esquirol, Paris, França.

passagem da Odisseia de Homero (canto 8), o paradigma poético da primeira narrativa histórica. A partir de um pedido de Ulisses, o poeta Demódoco canta a história do herói da guerra de Tróia e Ulisses se encontra na posição de escutar a narrativa de suas próprias explorações a uma terceira pessoa (HARTOG, 2003, p. 63). Como reage Ulisses ao se tornar testemunha da própria história? Ele chora. Suas lágrimas não são provocadas pela agonia da finitude humana, mas pela experiência dessa distância de si que pode ser chamada “reencontro com a historicidade”: “a história de sua vida, tornou-se agora uma coisa exterior a si, um objeto que todos devem entender” (ARENDRT, 1993, p. 63). Como apreender o passado, o seu próprio, na dimensão do passado? “A resposta de Ulisses, a maneira de não poder responder, são as lágrimas. As lágrimas de Ulisses são as lágrimas da lembrança” (HARTOG, 2003, p. 69). O limite do poder representativo das palavras e da escrita, como aquele do objeto, faz surgir positivamente uma imaterialidade. Uma imaterialidade que se pode definir por aquilo que resiste ao desaparecimento, ao esquecimento. Um resto, em que o acordar à consciência presta um tributo ao trabalho da memória. Este trabalho seria o lugar do testemunho. Testemunho de identidades, de humanidades, através dos quais a história presta contas, ao assinalar e significar sua fascinação, assim como sua pena, diante de seu próprio referente: o tempo que passa.

Esta introdução crítica à obra *Mémoire et Objets* organizada por Octave Debary e Laurier Turgeon não substitui a leitura de cada um dos artigos apresentados por teóricos e pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas, aqui referenciados. O panorama discursivo e polifônico da relação entre memória e objetos nos instiga a aprofundar a rede de referências sugeridas para este campo interdisciplinar do conhecimento. No momento em que os museus e os novos espaços expositivos concretos e virtuais se multiplicam e a imagem se coloca como objeto e fonte principal das pesquisas que discutem memória, patrimônio, bens culturais, cultura material, em especial no âmbito de grupos sociais que insistem na manutenção da diferença e da diversidade cultural, esta obra merece toda a atenção.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. **The social life of things: commodities in cultural perspective.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- ARENDR, Hannah. **La crise de la culture.** Paris: Gallimard, 1993.
- BARTHES, Roland. **L'empire des signes.** Genève: Skira, 1970.
- BAUDRILLARD, Jean. **Le système des objets.** Paris: Gallimard, 1993.
- BAZIN, Jean; BENZA, Alban. Des objets à la chose. **Génesis**, v. 17, p. 4-7, 1994.
- BERGSON, Henri. **Matter and memory.** New York: Zone Books, 1991.
- BONNOT, Thierry. **La vie des objets.** Paris: Maison des sciences de l'Homme, 2002.
- BRAUSTEIN, Philippe. **Travail et entreprise au Moyen Âge.** Bruxelles: De Boeck, 2003.
- CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire.** Paris: Gallimard, 2002.
- CLIFFORD, James. **Travel and translation in the late twentieth century.** Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- DEBARY, Octave. **La fin du Creusot ou l'art d'acommoder les restes.** Paris: CTHS, 2002.
- DURKHEIM, Émile. **Les règles de la méthode sociologique.** Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- GELL, Alfred. **Art and agency: an anthropological theory.** Oxford: Oxford University Press, 1998.
- GERZ, Jochen. **Fragments. Strasbourg:** LimeLight/Ciné-Fils, 1994.
- GODELIER, Maurice. **L'énigme du don.** Paris: Fayard, 1996.
- GRAVES-BROWN, Paul. **Matter, materiality and modern culture.** Londres: Routledge, 2000.
- HARTOG, François. **Régimes d'historicité, présentisme et expériences du temps.** Paris: Seuil, 2003.
- JAMIN, Jean. Introduction. In: LEIRIS, Michel. **Miroir d'Afrique.** Paris: Gallimard, 1996. p. 9-59.
- LA PRADELLE, Michèle de. **Les vendredis de Carpentras: faire son marché en Provence ou ailleurs.** Paris: Fayard, 1996.
- LATOURE, Bruno. Si l'on parlait un peu politique. In: BLANC, Alain ; BLANC, Pessin (Org.) **L'art du terrain, mélanges offerts à Howard S. Becker.** Paris: L'Harmattan, 2004. p. 257-284.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Des symboles et leurs doubles.** Paris: Plon, 1989.
- LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MILLER, Daniel. Behind closed doors. In: MILLER, Daniel (Org.). **Home possessions.** Oxford: Berg, 2001. p. 1-19.
- MILLER, Daniel. **Material culture and mass consumption.** Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- MILLER, Daniel. Why some things matter? In: MILLER, Daniel (Org.). **Material cultures.** Chicago: Chicago University Press, 1998. p. 3-21.
- MYERS, Fred. **The empire of things: regimes of value and material culture.** Santa Fé: School of American Research Press, 2001.

- NICKS, Trudy; HILL, Tom. **Turning the page:** forging new partnerships between museums and first peoples. Ottawa: Assembly of First Nations/ Canadian Museums Associations, 1992.
- NORA, Pierre (Org.). **Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1992, v. 7, n. 1.
- PEARCE, Suzan. **Collecting in contemporary practice.** London: Sage, 1998.
- PEARCE, Suzan. **On collecting:** an investigation into collecting in the European tradition. London: Routledge, 1995.
- PEERS, Laura. Native americans in museums. **Anthropology Today**, v. 16, n. 6, p. 8-13, 2000.
- PHILLIPS, Ruth. **Trading identities:** the souvenir in native North American art from the northeast, 1700-1900. Seattle: University of Washington Press, 1998.
- POMIAN, Krystof. **Collectionneur, amateurs et curieux.** Paris: Gallimard, 1987.
- PROUST, Marcel. **Du côté de chez Swann.** Paris: L'Aventurine, 2000.
- SEGALEN, Martine; BROMBEGER, Christian (Org.) L'objet moderne: de la production sérielle à la diversité des usages. **Ethnologie française**, v. 26, n. 1, p. 5-16, 1996.
- GEORGE, Robert Blair. **Conversing by signs:** poetics of implication in colonial New England culture. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1998.
- THATCHER ULRICH, Laurel. **The age of homespun:** objects and stories in the creation of an American myth. New York: Alfred A. Knopf, 2001.
- THOMAS, Nicholas. **Entangled objects:** exchange, material culture and colonialism in the Pacific. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- TILLEY, Christopher. **A phenomenology of landscape:** paths, places and monuments. Oxford: Berg, 1994.
- TILLEY, Christopher. **Metaphor and material culture.** Oxford: Blackwell, 1999.
- TILLEY, Christopher et al. **Handbook of material culture.** London: Sage, 2006.
- TISSERON, Serge. **Comment l'esprit vient aux objets.** Paris: Aubier, 1999.
- TURGEON, Laurier. Material cultural and cross-cultural consumption: French beads in North America, 1500-1700. **Studies in the Decorative Arts**, v. 8, p. 85-107, 2001-2002.
- TURGEON, Laurier. **Patrimoines métissés:** contextes coloniaux et poscoloniaux. Québec: Presses de l'Université Laval ; Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'Homme., 2003.
- WEINER, Annette. **Inalienable possessions:** the paradox os keeping-while-giving. Berkeley: University of California. 1992.
- WINNICOTT, Donald. **Playing and reality.** London: Routledge, 1982.
- YOURCENAR, Marguerite. Carnet de notes, 1924-1948. In: _____. **En pèlerin et en étranger.** Paris: Gallimard, 1989.

SOBRE A AUTORA

Vera Dodebei

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ) e Professora Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Programa de Pós-graduação em Memória Social.

ⁱ Octave Debary é antropólogo, doutor em Etnologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris com a tese: *La fin du Creusot ou l'art d'accueillir les restes*, sob orientação de Jean Bazin. Professor da *Université Paris V*, é também pesquisador do *Laboratoire d'anthropologie et d'histoire de l'institution de la culture, Lahic, Paris*. Sua pesquisa de pós-doutorado realizada na Université Laval Québec (associada à rede de pesquisadores em patrimônio do Canadá) e intitulada: *Objets et mémoires: des objets recyclés à la mémoire rachetée*, desenvolve uma abordagem antropológica da memória e os museus. Entre suas últimas publicações no Brasil, destaca-se artigo na revista da Ufpel "Memória em rede" (www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede) em que, a partir da ideia do Holocausto como um lugar de memória, busca problematizar os museus e memoriais em sua procura por representar o irrepresentável, indagando, para isso, os processos de exposição e comunicação.

ⁱⁱ Laurier Turgeon é professor e pesquisador titular em Patrimônio Etnológico do Canadá. Turgeon é também professor titular de Etnologia e História no CELAT, IPAC e Departamento e história da Faculdade de Letras, na Universidade de Laval, Quebec, Canadá. Entre suas inúmeras obras, algumas premiadas, destacamos: *Patrimoines métissés : contextes coloniaux et postcoloniaux* (2003); *Le patrimoine religieux du Québec : entre le cultuel et le culturel* (2005); *Spirit of Place : Between Tangible and Intangible Heritage* (2007) *L'esprit du lieu : entre le patrimoine matériel et immatériel* (2009); *l'Encyclopédie du patrimoine culturel de l'Amérique française* (2011 - www.ameriquefrancaise.org). Em relação às fronteiras de suas pesquisas com as mídias interativas, Turgeon realizou uma exposição virtual dedicada ao patrimônio alimentar de Quebec em colaboração com o *Musée de la civilisation du Québec*, além de ter criado um aplicativo para celulares com o tema do patrimônio material e imaterial do bairro *Saint-Roch* e do centro histórico de Quebec em parceria com a prefeitura (2012; 2014).